Instituto de Ciência Política

Monografia em Ciência Política II

Professor Paulo Nascimento

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Samuel Juscelino Vilaça – 13/0133345

Brasília

2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **3**

Capítulo I- As Teorias do Nacionalismo e o Protagonismo do Exército **6**

As Teorias do Nacionalismo e os Empecilhos para o Nacionalismo Brasileiro **6**

As Raízes do Nacionalismo no Exército **9**

Do Desprestígio à República **12**

Capítulo II- Um Exército Próximo dos Republicanos **16**

Um Exército Favorável à Abolição **16**

A Conversão Republicana **19**

Capítulo III- As Disputas Simbólicas **25**

A Bandeira e o Brasão da República **25**

Os Heróis da República **30**

CONCLUSÃO **37**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **41**

Introdução

O Exército brasileiro é uma instituição importante no processo de Proclamação da República em 1889. Os membros do Exército tiveram participação ativa em grande parte do processo e estavam em contato direto com os ideais positivistas que motivaram aos jovens cadetes a se mobilizar contra o governo de Dom Pedro II. Em vários momentos na república brasileira os militares participaram ativamente da vida política alterando os seus rumos de tal maneira que a instituição não pode passar despercebida.

De início se tem que a formação do Exército brasileiro é bastante peculiar. Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, trouxeram também a estrutura organizacional do corpo militar e esta passou a ser reproduzida por muitos anos na colônia. Por exemplo, as estrutura nobiliárquica lusitana era reproduzida nos batalhões do seu exército por meio da política de cadetes, que reservava espaços para aqueles que ascendiam de famílias aristocráticas. Inicialmente, o Exército brasileiro fazia a mesma coisa e os seus oficiais do alto escalão eram os filhos dos portugueses que vieram na comitiva de D. João VI. Esse ponto já se constitui um problema tendo em vista que a instituição não tem raízes nacionais no seu princípio.

Na primeira metade do século XVIII, o Exército brasileiro sofria por ser desprestigiado em relação à Marinha e à Guarda Nacional. Parte desse problema se encontrava na abertura que cada uma dessas instituições concedia para que os seus membros ascendessem socialmente e a relação que o Império tinha com as mesmas. Enquanto o Exército passava a conceder o direito de se tornar um cadete para pessoas que não necessariamente tivessem ligações com a Corte e aos poucos começasse a ser uma opção para jovens de baixa renda que desejavam estudar, a Marinha continuava a impor restrições que dificultavam o acesso das pessoas mais pobres e a renda e capacidade de manter uma força paramilitar eram essenciais para ser um coronel da Guarda Nacional. As Escolas Militares, entre as quais se destaca a da Praia Vermelha, têm importância fundamental na formação dos militares que na segunda metade deste mesmo século se envolverão com as questões abolicionistas, positivistas, republicanas que abalaram as bases de sustentação do Império.

A vitória na Guerra do Paraguai (1870) teve um papel importante na formação de uma imagem nacional do Exército em virtude de ter unido o país em torno de uma causa e o recrutamento ter sido feito em todas as províncias. Ao mesmo tempo, a presença maciça de negros nos contingentes militares promoveu uma grande aproximação destes últimos com os movimentos abolicionistas brasileiros. Esse 19 anos entre o fim da guerra e a Proclamação da República são muito interessantes para entender a ascensão da instituição que era desvalorizada até poucos anos antes. Somados a aproximação com os movimentos abolicionistas e a cultura menos elitista da entidade começam a formar a imagem do Exército como uma instituição mais progressista no final do período imperial.

O conflito entre os interesses do Exército e do Império se tornaram mais tensos entre 1884 e 1887, no que ficou conhecido como Questão Militar. As limitações impostas aos militares sobre o seu direito de se manifestar na imprensa e as punições para aqueles que se excediam começaram a ser um incômodo para os militares. O alto esquadrão do Exército assumiu as prisões e exonerações como ofensas à honra da categoria, que em meio ao conflito passou a ter um caráter corporativista cada vez maior e a Mocidade Militar encontrou espaços para se radicalizar cada vez mais até a articulação do golpe em 1889.

No primeiro capítulo serão abordadas algumas teorias do nacionalismo e a relevância do Exército para um projeto nacionalista brasileiro. Ao mesmo tempo, algumas das dificuldades que o sistema impunha para que os valores fossem compartilhados e que uma consciência maior de coletividade e de uma identidade nacional comum viesse a se formar antes que fosse proclamada a República.

Em seguida, serão expostos os fatores que davam credibilidade ao Exército como uma instituição que poderia gerar integração em torno de símbolos nacionais comuns. É muito importante para este ponto a campanha contra o Paraguai, a aproximação com os movimentos abolicionista e republicanos.

No terceiro capítulo por fim, a questão tratada será a formação dos novos símbolos nacionais, como a bandeira, o hino nacional e os heróis republicanos. Todavia, o ponto central é a construção da imagem de um Exército Republicano em oposição a uma revolta corporativista e os ideais que formariam a identidade condizente ao novo regime que se estabelecia em 1889.

A bibliografia existente mostra o caráter corporativista das reinvindicações daqueles que compunham o Exército e atuação conjunta deste com positivistas e republicanos na construção dos símbolos nacionais. Todavia, existe um espaço no que se trata da construção da imagem do Exército e a sua atuação.

Capítulo I – Teorias do Nacionalismo e o Protagonismo do Exército

- **As Teorias Nacionalistas e os Empecilhos Para um Nacionalismo Brasileiro**

Otto Bauer (In: BALAKRISHNAN, 2000) define a Nação como um grupo que em interação contínua possui uma experiência de mesmo destino, ou, como diria o autor, uma comunhão de destino. Inicialmente as pessoas do grupo se mantêm unidas pela herança natural e a transmissão dos bens culturais na língua materna, que é estabelecida com aqueles com quem a comunhão é mais estreita. Todavia, esses elementos somente não são suficientes para manter a unidade nacional. Para esse autor, o que mantêm a comunidade unida é a percepção da comunhão de um caráter nacional que se possui e esta só é demonstrada quando se tem consciência do que é estrangeiro.

Para Bauer, é muito importante que a consciência nacional seja realçada com o intuito de preservá-la de modo que as gerações futuras continuem ligadas por essa comunhão e a forma uma nação, mesmo que não se pareçam com aqueles que um dia os antecederam. Para que isso aconteça o autor ressalta a importância da transmissão dos valores culturais e a romantização da narrativa histórica porque ensinam a amar a nação e a sua história.

Na concepção de Bauer, o Estado nacional surge dos desejos da nação por liberdade ou rejeição à dominação estrangeira e de se manter unida. Outro fator que contribuiria seriam os incentivos capitalistas para a formação de um mercado consumidor grande e populoso, logo a decisão racional seria contrária à fragmentação e favorável a construção de um Estado grande, que defenderia os interesses do mercado formado.

Outro autor a se debruçar sobre a Teoria do Nacionalismo foi o checo Miroslav Hroch (In: BALAKRISHNAN, 2000). Segundo ele, a nação é um grupo social que compartilha diversas relações objetivas que tem impacto subjetivo e acabam por formar a consciência nacional. A nação não é produzida somente por esforço dos intelectuais. Segundo Hroch, esses só se beneficiam de uma série de condições já existentes e as agregam as noções que as pessoas já compartilham.

Segundo Benedict Anderson (1983), nação é uma comunidade imaginada como soberana e limitada. Com imaginada ele quer dizer que existiu um esforço inicial para criar uma ideia de coletividade e fraternidade entre as pessoas que fazem parte do coletivo; soberana no que se trata de independência das outras nações e liberdade garantida por um Estado; e por fim, limitada pelas fronteiras das outras nações e pela impossibilidade de formar uma nação com todas as pessoas do mundo.

Anderson conta que a princípio existiam as comunidades religiosas, que uniam os seus membros em torno do seu conjunto de ritos e língua sacra. Embora um membro não conseguisse se comunicar com todos os outros, reconhecia as práticas que compartilhavam e ambos entendiam que participavam da mesma comunidade. Estas foram substituídas pelos reinos dinásticos, que se mantinham unidos em torno da figura do monarca e a sua origem divinal. Para Anderson, os reinos dinásticos tinham limites porosos que podiam ser estendidos pela via militar ou matrimonial. Posteriormente, os reinos dinásticos são sucedidos pelas nações modernas, que passam para as pessoas a ideia de continuidade e pertencimento a algo transcendental por meio de tradições inventadas, como diria Eric Hobsbawn (1984).

Anderson cita brevemente o caso brasileiro como uma exceção nos nacionalismos latino-americanos. Por ser o único país das Américas a receber a sua Família Real em seu território, passou por um processo de criação de uma identidade nacional diferente. A Coroa e a forte presença da Igreja Católica no Brasil favoreciam a integração. É interessante já de início relacionar com o que José Murilo de Carvalho (1990) diz sobre o Brasil no início do período republicano, existia alguns fatores que fazem parte de uma identidade nacional, como a língua e uma religião comum em grande parte do território, mas ainda inexistia o sentimento patriótico, que os republicanos teriam de produzir.

Somando as ideias desses dois autores entende-se que o fato de ainda existir um reino dinástico no Brasil se constituiu um problema para a construção dos ideais e símbolos republicanos. Segundo Carvalho (1987), a República foi proclamada no auge da popularidade da monarquia brasileira, ou seja, o governo ainda encontrava legitimidade sobre a população e teve seu fim na ação dos republicanos. Coube então aos militares, republicanos e positivistas criarem símbolos para uma República composta por um povo que tinha acabado de perder o mais popular entre os seus.

Em seus estudos sobre o desenvolvimento do Nacionalismo, Ernest Gellner elabora dois tipos ideais de comunidade e as condições que proporcionam para o surgimento de um movimento nacionalista: a sociedade agro - letrada e a industrial avançada (In: BALAKRISHNAN, 2000).

A sociedade agro – letrada é descrita como um sistema de base rural e com baixa mobilidade social. Ao mesmo tempo, é extremamente hierarquizada e voltada para os títulos de nobreza e a alfabetização é só mais um fator que agrega status ao posto que o homem venha a ocupar, influenciado ou não pelos privilégios de nascimento. Segundo o autor, os governantes não têm incentivos para favorecer uma unificação cultural nesse tipo de sociedade, tendo em vista que muitas vezes se beneficiam da diversidade cultura em seus domínios. Para Gellner, nas sociedades agro – letradas existiria duas culturas: uma mais elevada, que é escrita na História, e outra inferior, vivida no cotidiano.

O segundo tipo, a sociedade industrial, é baseada em uma ordem onde o crescimento econômico visa superar o crescimento populacional e seria mais igualitária por permitir maior mobilidade social. De maneira totalmente diferente do outro tipo descrito, aqui se prezaria pela igualdade entre os indivíduos e as poucas desigualdades que existam seriam em função do sucesso ou da sorte individual e, se foram promovidas por algum privilégio familiar, não seriam ostentadas. Nessa sociedade industrial existe uma maior necessidade de comunicação entre os indivíduos então busca-se uma unificação cultural, para que esta ocorra é fundamental que os indivíduos sejam educados em uma cultura só e a antiga cultura elevada passa a ser a cultura difundida. A educação passa a ser mais valorizada também pelo fato de proporcionar uma qualificação melhor do trabalhador que não pode ser adquirida somente por status.

Pode se traçar um paralelo entre as teorias de Bauer e Gelllner sobre as condições que propiciam a aparição de um sentimento nacionalista e as condições de produção de um país. Enquanto Gellner aborda sobre o desenvolvimento industrial e a necessidade de unificação cultural, Bauer defende que a nação não encontra menos incentivos para se fragmentar a medida que um espaço econômico grande e coeso se torna essencial para a manutenção do seu desenvolvimento capitalista.

A sociedade brasileira imperial era muito parecida com o primeiro tipo ideal. A base da economia do país era majoritariamente agrícola e baseada na sua grande maioria na mão de obra escrava. A distribuição de títulos nobiliárquicos era uma das políticas

imperiais para garantir o apoio necessário e a burocracia estatal era formada com base nas indicações e afinidades dos dirigentes. Outro ponto a ser realçado é que a população era constituída praticamente por analfabetos.

Com base nos textos teóricos do nacionalismo e uma análise inicial da condição brasileira no final do período imperial pode-se imaginar alguns dos fatores que dificultavam a produção e a consolidação de um movimento nacionalista de grande escala no Brasil. A dinastia imperial ainda era tida em consideração por alguns setores da sociedade; a baixa integração dos estados uns com os outros e a união ser mantida pela lealdade ao Imperador; a existência de culturas diversificadas em fusão do analfabetismo e do *ethos* agrário nacional, entre outros.

Como foi citado anteriormente, a República foi proclamada em um momento em que a Família Real era muito bem quista pelos Brasileiros. Os republicanos tinham dúvidas se deveriam agir enquanto o Imperador Pedro II ainda era o regente ou após o seu falecimento e a ascensão de sua filha, a Princesa Isabel Cristina, ao trono. Esta por sua vez, era muito popular em função da sua atuação na abolição da escravidão no país em 1988. Ação esta que lhe rendeu o título de "A Redentora" e fazia com que recebesse demonstrações de afeto pela população negra mesmo após a queda da monarquia. Em contrapartida, o seu marido, o Conde d'Eu, era alvo de intensas críticas por parte dos militares, devido à sua atuação na Guerra do Paraguai, e por aqueles que não desejavam ver o trono do Brasil ser ocupado mais uma vez por um estrangeiro.

A baixa integração econômica e social era um fruto da maneira como a economia brasileira era organizada. Como descrita por Celso Furtado (1959) a economia agrária em função da cana de açúcar e do café não favorecia o crescimento e integração de um mercado interno, tendo em vista que os latifúndios agrícolas eram praticamente autossuficientes e voltados para o comércio exterior. O maior esforço para desenvolver a indústria nacional à época do Império havia sido desempenhado pelo Barão de Mauá, todavia foram insuficientes para gerar um impulso industrial no sentido da sociedade descrita por Gellner. Com base nos tipos ideais elaborados por este autor entende-se a baixa adesão cultura entre as províncias do Brasil.

- ## As Raízes do Nacionalismo no Exército

Na perspectiva de Otto Bauer, o nacionalismo é um fenômeno cultural moderno que se relaciona diretamente com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão da educação para as massas. Benedict Anderson defende um ponto similar ao revelar a importância da evolução da imprensa e o compartilhamento de informações em vernáculos para a integração nacional. Mais importante, porém é a associação que Bauer faz entre a educação e os exércitos. Este teórico defende que a função do exército é continuar a desenvolver a paixão nacional que foi iniciada pela escola. Acrescenta-se também que a sua teoria propõe que a percepção da consciência nacional aflora antes naqueles que têm mais contato com o estrangeiro e cita como exemplo os soldados, os negociantes por transitarem em regiões onde pode se encontrar pessoas de diferentes nacionalidades.

No caso brasileiro essa relação é intensificada porque o Exército assumiu para si o dever de educar o cidadão e semear o projeto nacionalista no país. Alves (2002) destaca o papel do Exército como agente educador no final do Império. A autora ressalta a importância das Academias Militares, que eram o centro intelectual do Império.

Quanto à educação, Castro (1995) mostra que as mesmas academias eram tidas como a única opção para jovens que desejavam um diploma de conclusão do ensino superior. Nesse contexto, muitos passavam a integrar as companhias militares sem vocação e para estes valia mais a formação acadêmica que a militar. Dentre as influências nas academias militares, o professor com mais destaque é Benjamim Constant, positivista que foi aclamado líder e mentor da Mocidade Militar. Castro mostra em seu livro que a diferença entre a valorização do diploma militar e o civil era uma questão que desagradava aqueles que se formaram em academias militares no final do Império.

Alves (2002) e Seidl (2010) relatam que para muitos jovens a entrada nas academias militares era uma opção para ascender socialmente em um contexto altamente elitizado. A possibilidade de obter um diploma de bacharel e o título de doutor oferecidos pela academia do Exército davam ao jovem a chance de conseguir um bom emprego, um casamento que lhe desse vantagens, uma carreira política e algum prestígio social na comunidade imperial, que era ambiciosa por qualquer título.

Seidl (2010) acredita ter sido de grande importância para a história do Exército no final do período imperial a modernização pela qual a instituição vinha passando desde 1850. Essa modernização passava por um processo de qualificação técnico-científica, baseadas no Exército francês, que começavam a reduzir os vícios personalistas na hierarquia militar, como exemplo pode ser citado a ascensão nos cargos baseadas em fatores aristocráticos em detrimento da capacidade técnica. A influência francesa permitiu também que os jovens militares tomassem conhecimento sobre as teses positivistas e evolucionistas que tanto os mobilizaria nos anos que antecederam a Proclamação da República.

Carvalho (1987) mostra que desde o fim do período regencial havia um desejo entre os militares de reassumir o protagonismo da política nacional. A Questão militar é uma demonstração disso. O anseio dos militares de participar mais ativamente na política foi revelado e censurado, o que causou em certa medida a radicalização da classe militar. Castro (1995) defende que por a Academia Militar da Praia Vermelha ser distante e o deslocamento ser difícil, os alunos eram obrigados a conviver a maior parte do tempo somente com outros alunos e militares, o que para ele se revelou em um *ethos* militar e uma consciência maior de categoria que se revelou durante a Questão Militar. Ambos os autores abordam também o paradigma cidadão-militar x militar-cidadão. Na opinião dos militares, eles nada mais eram do que cidadãos com armas com direitos e deveres e um deles era agir quando houvesse apatia por parte dos paisanos, ou "casacas", como se diz no jargão militar.

Segundo Seidl (2010) outra explicação para a crescente demanda do Exército por maior legitimidade e protagonismo na ação junto aos desígnios do país era a alegação de ser a única instituição presente em todas as regiões do país. Para Alves (2002) o exercício da função militar no Brasil Imperial muitas vezes era atribuído de um papel civilizador tendo em vista que a responsabilidade de levar infraestrutura para as regiões aonde o simbolismo imperial não chegava. Na visão desta autora, o Exército nacionalizava regiões em que a comunhão de identidade com a nação brasileira ainda não existia.

Outra questão controversa abordada que Celso Castro e José Murilo de Carvalho compartilham é a aproximação entre os militares e os republicanos. Castro defende que o alto escalão do Exército - os deodoristas - se aproximou dos republicanos

por oportunismo e necessidade de fazer oposição ao gabinete do Visconde do Ouro Preto; enquanto isso, a Mocidade Militar, movida pelos ideais de Comte, se aproxima do Partido Republicano por convicção. José Murilo de Carvalho (1990) por sua vez, se preocupa em relatar a construção da imagem de Deodoro da Fonseca como republicano.

A instituição também se aproximou progressivamente dos republicanos quando os seus membros voltam da peleja no Paraguai mais convictos dos ideais abolicionistas. Na medida em que os negros enviados para a guerra retornam como cidadãos e o Exercito se recusa a missão de capturar os escravos que fugiam das fazendas uma parcela da sociedade que era totalmente excluída da nação perde o seu status de coisa e começa a integrar os batalhões (Cunha, 2000, pp. 61 e 62).

Por fim, Carvalho (1987) cita a participação dos militares de baixa patente nos tumultos do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. A capital da República sofria com rebeliões nos quartéis, brigas entre generais, entre generais e almirantes e etc. Ele, assim como Alves (2002), diz que o Exército tomou para si o papel de democratizar o Estado, promover o desenvolvimento tecnológico e intelectual do país, como defendia a reforma do ensino militar de Constant. Todavia, a sociedade não refletia os anseios moralizadores do Exército. Segundo Lessa (1999), em seu contexto de hiperpolitização, as disputas internas fragilizaram o Exército. Lessa faz uma citação ao general deodorista Jacques Ourique que dizia que em meio ao seu misticismo altruísta, as escolas militares perderam a capacidade de formar soldados capazes de comandar batalhões em campanhas. Era uma crítica direta à atuação dos jovens cadetes em meio a um contexto de hiperpolitização vivenciado pelos militares.

- ## Do Desprestígio à República

Desde que o Brasil havia se tornado independente em 1822, o símbolo máximo da nação era o Imperador. É a característica de um reino dinástico como descrito por Anderson. A figura do rei é a representação de continuidade e integração nacional. A coroa é por si só um símbolo suficiente (Jurt, 2012, pp. 472). Então entre 1822 e 1889, a figura nacional mais importante para o Brasil eram os seus imperadores, mas no dia 15 de novembro a República foi proclamada e um novo arcabouço simbólico se fez necessário.

Bauer defende que o importante para a nação é que as gerações futuras continuem compartilhando valores e símbolos mesmo que não se pareçam com aqueles compartilhados pelos seus antecessores (In: BALAKRISHNAN, 2000, pp.75). Segundo Junt (2012), para a República, era preciso adotar novos símbolos coletivos porque esta não poderia mais ser representada por uma única pessoa, como fazia a monarquia.

Segundo Junt (2012), desde 1825 o país estava constituído como um Estado-nação moderno. Todavia não existia na população uma consciência nacional ou valores amplamente difundidos. Para este autor, a maior similaridade entre as regiões do Brasil é que todas elas estavam baseadas na mão de obra escrava, ou seja, era uma nação que excluía a maioria dos seus habitantes.

Cunha (2000) defende que o grande impulso nacionalista brasileiro aconteceu entre 1864 e 1870, quando grandes contingentes de brasileiros, de todas as regiões do país, precisaram ser recrutados para combater as tropas de Solano López no Paraguai. O autor relata que a necessidade de atrair a população para o Exército exigiu um apelo ao sentimento nacional como ainda não havia existido no país, e tudo isso em função do que ele chama de "cultura da guerra" (Cunha, 2000, p. 63).

Ao mesmo tempo houve um esforço para valorizar a figura do soldado do Exército. Os batalhões não eram mais formados por vagabundos presos por vadiagem e recrutados à força, capoeiras e escravos fugidos ou enviados para servir o Exército no lugar dos donos das fazendas. Agora os soldados formavam o Corpo de Voluntários da Pátria (1865).

Como o esforço para valorizar a imagem militar tinha concedido cidadania aos soldados, o alistamento passou a ser uma oportunidade para os escravos fugitivos. É bom deixar claro que em nenhum momento a intenção era conceder alforria para os escravos, mas a necessidade de suprir o contingente era tão grande que a possibilidade dos libertos se alistarem cobriria os custos de indenizar o proprietário que cedesse alguns escravos para a Armada. Os quartéis viraram então o ponto final das rotas de fuga e o primeiro lugar que os proprietários de escravos procuravam os seus fugitivos (Cunha, 2000, pp. 53).

A volta das tropas com paradas militares para festejar a vitória contra o inimigo mostra para a sociedade brasileira as suas incoerências e mazelas sociais. O fato de não

ter como se diferenciar o soldado escravo, que estava ali porque foi obrigado, e o soldado "voluntário", incluindo também aqueles que foram enviados por meios coercitivos, deu espaço para o fortalecimento de movimentos abolicionistas dentro e fora das Forças Armadas.

É claro que o Exército brasileiro foi fortalecido durante o processo. A mobilização nacional para formá-lo e em seguida a movimentação de suas tropas pelo interior do país foram sim uma forma de fortalecer os símbolos nacionais e chegaram como extensão do Poder do Imperador onde a ausência da atuação estatal deixava um vácuo na simbologia nacional. O fato de ser formado por batalhões de todas as províncias é um reforço evidente para o ideário de que todos formavam uma só comunidade e que estavam unidos por laços muito mais fortes do que a religião católica ou a Família Real, como um símbolo (Cunha, 2000, pp. 146 e 147).

Teixeira Mendes (1906), diretor da Igreja Positivista do Brasil, relatou que entre 1871, ano da Lei do Ventre Livre, e 1888, ano em que a Princesa Isabel aboliu a escravidão, uma grande quantidade de escravocratas ressentidos com o governo tinha se aliado à causa republicana sem nenhuma afinidade como o programa proposto. A impossibilidade de ter escravos para si e a insatisfação com a política de indenizações do governo levaram os escravocratas a apoiar o movimento que os livraria da monarquia.

Gellner (In: BALAKRISHNAN, 2000) defende que um dos possíveis momentos para o surgimento de um movimento nacionalista é uma crise do regime dinástico vigente. Diz também que os responsáveis por ascender as paixões nacionalistas são aqueles que não desejam ficar em desvantagem em relação à alta cultura. É uma situação muito parecida com o fim do Império Brasileiro.

A Dinastia dos Orleans e Bragança passava por uma grande crise. O Imperador estava velho – e morreria dois anos depois no exílio -, a Princesa era acusada de não ter experiência política, as suas capacidades de governar o país eram questionadas pela classe política e o seu marido era o alvo de toda a aversão que o sentimento nacionalista poderia emanar (Paim, 1981, pp. 37 e 38).

Por outro lado, os militares do Exército sentiam-se desprestigiados e os seus ânimos estavam acirrados depois das disputas que ficaram conhecidas como a Questão

Militar. A Mocidade Militar, convencida de seus ideais positivistas, acreditavam piamente que a ditadura positivista seria a melhor forma de levar ao país ao progresso. Junto com os republicanos trabalharam para convencer o alto escalão do Exército que o Imperador não tinha mais condições de governar o país e que cabia aos militares preservarem a nação (Castro, 1948).

Sendo assim, no dia 15 de novembro de 1889, as tropas comandadas pelo Marechal Deodoro da Fonseca cruzam o Campo de Santana, destituem o ministério do Visconde do Ouro Preto e proclamam a República.

Agora, o objetivo deste trabalho é identificar os motivos que possibilitaram a criação dos símbolos republicanos a partir da ação dos militares. Se a aproximação com o Partido Republicano foi uma decisão pensada pela Mocidade Militar ou o contrário. Como a produção dos símbolos influenciou o imaginário coletivo para que a ação militar no 15 de novembro não tivesse repercussão negativa e trabalhassem em favor da união nacional em torno do novo governo

Com base nesses textos é verificado que existem muitos trabalhos que abordaram a questão do Exército na Proclamação da República. Todavia, poucos autores se dedicaram a explorar a temática da simbologia do mesmo. Salve exceção de José Murilo de Carvalho, que tratou sobre a construção dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto como heróis nacionais, a grande maioria se dedicou exclusivamente à ascensão da instituição e a sua atuação durante a Proclamação da República.

Capítulo II – Um Exército Próximo dos Republicanos

- **Um Exército favorável à abolição**

Um ponto muito importante da atuação do Exército em favor de um projeto nacionalista brasileiro foi caminhar – mesmo que por necessidade – em direção à adesão dos negros na sociedade brasileira.

Em 1844, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) realizou um concurso que tinha como tema proposto como deveria ser escrita a história do Brasil. O alemão Karl Von Martius elaborou então o Mito das Três Raças, que dizia que o Brasil era formado pela miscigenação de três grupos étnicos: os brancos europeus, os indígenas americanos e os negros africanos. Estes últimos, entretanto, estavam excluídos da participação social em função do regime de escravidão que vigorava no país até então e que seria alvo de mais debates depois da Guerra do Paraguai.

Como já foi citado anteriormente, antes do conflito com o Paraguai, o Exército era uma instituição desprestigiada e tinha dificuldades para atrair novos praças. Muito disso é em função dos meios empregados para os recrutamentos e os castigos infligidos aos soldados. A cultura de recrutamentos forçados, necessária para suprir o déficit nos alistamentos, fez com que se estigmatizasse o Exército com uma instituição que reunia malandros, desocupados e vagabundos (Cunha, 2000, pp. 63). Tinha se também no ideário brasileiro que somente os pobres serviam. Segundo Anjos (2005), o serviço militar só se apresentava como uma opção para aqueles que não tivessem uma boa condição financeira ou não tivesse nenhum apoio político.

Quando se inicia a guerra, para suprir a demanda de soldados que crescia exponencialmente, o Império pede ajuda aos contingentes da polícia e da Guarda Nacional, o que só serviu para demonstrar a aversão que os brasileiros tinham pelo serviço militar. Toral (1995) relata sobre a prática dos coronéis da Guarda Nacional que realizavam recrutamentos forçados nos redutos de seus oponentes políticos para evitar que os seus próprios filhos e apadrinhados fossem recrutados. Este autor se debruça também no que ele chama de política dos substitutos, em que aqueles que possuíam mais recursos compravam escravos e os enviava para o serviço no lugar daqueles que tinham sido recrutados.

Em 1866, o Imperador convocou o Conselho de Estado para tratar sobre possíveis soluções para a crise do alistamento depois que o efeito inicial da mobilização nacionalista havia se extinguido. Segundo as atas do Conselho, abolir a escravidão e enviar os ex-escravos como soldados era uma opção, todavia os seus riscos eram por demais elevados para serem assumidos sem cautela na opinião da maioria dos ministros presentes. O maior dos riscos seria perder o apoio da elite agrária, que se julgava em riscos – econômicos e de segurança prática - em uma situação onde os libertos receberiam armas. Outros fatores que pesaram sobre a decisão foram a credibilidade do país frente à comunidade internacional, que já era crítica a manutenção da escravidão, e a salvaguarda da imagem das instituições armadas (Anjos, 2005, pp. 70-77).

Como contrapartida, o Imperador D. Pedro II ordenou pelo Decreto nº 3725 de 1866 que se concedesse liberdade gratuita aos escravos em condição de servir a Nação[1].

Anjos defende que o número de escravos efetivamente enviados para o front de batalha não é tão grande quanto se imagina. Baseando-se em dados do Ministério da Guerra, a autora propõe que dentre os 91.298 homens enviados para a guerra, somente 4003 seriam ex-escravos, aproximadamente 4% da tropa. Sendo assim, a contribuição não teria sido importante somente pelo número de soldados negros nas batalhas e sim pelo impacto que a participação teve sobre a comunidade brasileira e as instituições (Anjos, 2005, pp. 79).

Cunha (2000) fala também sobre as promessas de alforria do Império para aqueles escravos que foram doados para o Exército e a aparente tolerância daquele para com os escravos fugitivos que alcançavam os pontos de alistamento fez com que os quartéis se tornassem ponto final das rotas de fuga de escravos.

Marco Antonio Cunha (2000) ao descrever a situação do Exército durante a Guerra do Paraguai diz que as condições de igualdade entre brancos e negros era tamanha que até os castigos impostos eram iguais. Para este autor, a condição do Exército já não refletia mais os valores imperiais em função do processo de modernização pela qual a instituição passava e que algumas contradições estavam cada vez mais latentes – por exemplo, os cargos nobiliárquicos e a própria escravidão (Cunha, 2000, pp. 86-87).

[1] (BCD- BRASIL. Decreto nº 3725 A, 6 nov. 1866. Leis de 1866, Parte II. In: Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s/d. p. 313-314)

No campo ideológico o tema da escravidão também acirrava os ânimos dos participantes. Os paraguaios acusavam o Imperador do Brasil de querer estender os seus domínios sobre o Paraguai com o seu exército de escravos e macacos e desprezavam com base na alegação de que por ser miscigenado seria inferior. Todavia a escravidão não havia sido abolida totalmente no Paraguai também (Toral, 1995, pp. 289).

Um ponto que gerou problema para a Família Imperial brasileira foi o fato de que a abolição no Paraguai foi realizada por um de seus membros, o Conde D'eu, que no comando das tropas brasileiras depois de ter invadido Assunção, em 1869, declarou a escravidão abolida no país (Schulz, 1994, p.71). Esse ato só demonstrou os ideais abolicionistas da Família, dos quais já se suspeitava, mas teve impacto sobre as tropas.

Segundo Cunha (2000), se evidencia a aproximação que houve entre os militares do Exército e a causa abolicionista no Brasil depois do combate. Em seu texto, se faz um citação a Joaquim Nabuco, figura relevante no movimento abolicionista, que dizia que os oficiais do Exército estavam se posicionando contrários a escravidão por solidariedade aos seus soldados.

Em 1871, depois da Guerra, D. Pedro II convocou novamente o Conselho de Estado para tratar sobre as políticas abolicionistas em um momento mais oportuno. Consciente dos custos que a decisão poderia ter, o Imperador adotou uma medida conciliatória e promulgou a Lei do Ventre Livre em 1871. Mais uma vez Nabuco atuou como conciliador da causa abolicionista e militar ao explorar o ressentimento por ter sido o único exército a defender um regime escravocrata[2].

Entre 1871 e 1889, a adesão dos militares ao movimento abolicionista só crescia, principalmente entre os membros da Mocidade Militar, que manifestavam o seu apoio por meio de propaganda abolicionista ou então recebendo líderes do movimento nas academias militares, mesmo quando recebiam ordens expressas para não fazê-lo. Pouco a pouco os clubes militares se declaravam favoráveis à abolição até chegar ao ponto em que, em outubro de 1887, o Marechal Deodoro da Fonseca encaminhou um pedido à Princesa Isabel em que solicitava que os militares fossem dispensados da função de perseguir os escravos que fugiam das fazendas (Castro, 1995, pp. 131).

[2] NABUCO, Joaquim, op. cit., v. 1, p. 657 – Um estadista do império. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2v..

Depois disso foi só uma questão de tempo até que a Princesa Isabel decretasse a Abolição da Escravidão, em 1888.

- ## A Conversão Republicana

Antes de falar sobre a mocidade militar e as questões que a envolveram até que fosse proclamada a República, se faz necessário analisar as reformas institucionais que permitiram que aquela se formasse. No começo da segunda metade do século XIX, o Exército passou por uma série de reformas modernizantes que deram um caráter mais nacional e democrático à instituição.

Inicialmente é importante falar sobre a política de cadetes, prática herdada dos portugueses que a instituíram em seu Exército em 1757. Era o costume de reservar vagas com honras de oficiais nas Forças Armadas para os filhos da nobreza lusitana. No Brasil, o costume foi se tornando menos rígido e aos poucos se abria para classes cada vez menos restritas. Em 1853, se criou hierarquias de cadetes – primeiro e segundo cadetes, e soldado particular – que tinham o objetivo de estender o direito, além dos filhos da nobreza, aos descendentes dos coronéis da Guarda Nacional e, em 1873, passou a aceitar também os filhos dos bacharéis em medicina e direito. A prática que facilitava o acesso daqueles que tinham origens nobiliárquicas nos postos de comando das tropas, no Brasil se tornou um jeito de beneficiar os filhos de quem tivesse dinheiro o bastante, ou seja, pessoas de baixo capital simbólico-social e que teriam que progredir na carreira com base em méritos próprios (Seidl, 2010, pp. 78 e 79).

Seidl ressalta pontos importantes sobre a flexibilização ocorrida no que lhe conveio chamar de Cadetismo à Brasileira. Primeiro essa prática foi importante para a diminuição do número de oficiais portugueses no Exército ao longo dos anos em função da entrada de pessoas por critérios que excediam a condição nobiliárquica dos seus pais. Em segundo lugar, mostra a importância que as relações sociais e o capital social eram importantes para que se pudesse ascender na carreira militar – personalismo esse que viria a ser criticado pela Mocidade Militar nos anos finais do Império (Seidl, 2010, pp. 78 e 79).

As Academias Militares no Brasil foram fundadas basicamente no começo do séc. XIX, com a chegada da Família Real ao país. Todavia, interessa mais para este trabalho o processo de modernização que seu deu no seu interior a partir de 1850. O

Ministro da Guerra Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1805-1866) desejava instruir as tropas com o objetivo de deixá-las melhor preparadas e conceder-lhes os atributos que formariam bons oficiais. Nesse processo foram criados os centros de formação técnico-profissional do Exército dentre os quais se destacam a Escola Militar da Praia Vermelha e a Academia Militar Porto Alegre, os lugares que formariam os principais nomes da Mocidade Militar.

Outra questão muito interessante sobre as academias militares é que por reunir pessoas de todas as regiões do Brasil, possibilitava que uma consciência do que é nacional se formasse nas tropas – e fizesse parte do imaginário coletivo sobre o Exército. De modo diferente das outras instituições de ensino superior do Império, as academias militares eram polos de formação nacional, enquanto as outras se limitavam as elites regionais(Castro, 1995, pp. 30 e 31).

Castro (1995) ao tratar sobre a Escola da Praia Vermelha fala que os alunos desse lugar específico recebia um tipo de socialização diferente. A distância da escola fazia com que os alunos convivessem a maior parte do tempo entre eles; a cultura do trote promovia uma integração entre veteranos e novatos; e a existência de uma solidariedade que os impelia a ajudar uns aos outros, seja com materiais da escola mesmo ou com as finanças.

Nesse ponto do texto cabe citar alguns dos motivos pelos quais a Marinha e as Academias Navais não são tão citadas no processo da formação da Mocidade Militar e da Proclamação da República.

Enquanto o Exército não impunha tantas restrições para quem quisesse entra nas suas academias – ter entre 16 e 23 anos, saber ler, escrever e efetuar operações matemáticas básicas somente – a Marinha adotava uma postura mais excludente. Castro relata que só o preço enxoval requisitado aos novos aluno era suficiente para inviabilizar a entrada daqueles que buscavam a academia como forma de alcançar alguma ascensão social (Castro, 1963, pp.48). Ao mesmo tempo, a Marinha não sofria o mesmo desprestígio que era reservado ao Exército. A instituição era bem quista pela Família Imperial. Tanto que a época da Proclamação da República, o Príncipe Dom

Augusto, quarto na linha de sucessão ao trono, servia a Marinha como segundo-tenente[3].

Seidl (2010) e Castro (1995) relatam sobre o surgimento de uma cultura do mérito no interior das Academias Militares, um fruto da modernização do ensino e profissionalização da carreira baseado na adoção de critérios mais objetivos para conseguir alcançar cargos mais altos na hierarquia, de forma que esta não estaria mais diretamente ligada a hierarquia social.

É importante ressaltar também que as academias militares forneciam instrução mais que suficiente para que os jovens militares pudessem participar da pequena elite intelectual brasileira. Os jovens formados pelas academias tinham ampla noção dos ideais positivistas e estavam ávidos por mais participação e tinham um interesse particular por um regime que não estava baseado na hereditariedade e que não se baseava somente em nepotismos, onde se podia ascender baseados nos méritos próprios. Essa mocidade militar também estava insatisfeita com a demora nas promoções e o desprestígio em relação aos soldados de qualificação mais prática – os de formação "científica" x "os tarimbeiros"- a parcela do Exército que demorava mais a se modernizar (Castro, 1995).

Depois da Guerra do Paraguai, o Exército realmente passava por um momento de reduções no orçamento e no contingente, o que para alguns autores demonstraria que a instituição não era a prioridade do governo imperial. Isso afetava diretamente o ritmo de promoções e aumentos salariais, o que tornava a relação com o governo um pouco tensa. Segundo Castro (1995), os soldados ficaram sem aumentos reais de salário no período entre 1852 e 1887

Dudley (1972 apud Castro, 1995, pp. 23-25) estabelece três categorias de oficiais no período pós-guerra para tentar explicar a radicalização do Exército no final do Império quanto a questão das promoções. As categorias são: *senior officers* (oficiais-generais), *middle-ranked officers* (oficiais-superiores, de major a coronel) e *junior officers* (oficiais-inferiores ou subalternos, de alferes-aluno a capitão) e faz também uma relação temporal com a Guerra do Paraguai e delimita três gerações: *prewar*, *war*, e

[3] Gomes (2013) relata sobre a experiência do príncipe D. Augusto, neto de Dom Pedro II, a bordo do cruzador Almirante Barroso quando os tripulantes deste receberam as notícias sobre a República e o exílio da Família Imperial.

postwar generations. A geração estaria diretamente ligada à posição do soldado em relação ao governo e a sua experiência dentro da corporação.

Os *senior officers* são da *prewar generation,* teriam se juntado ao Exército em meados de 1830, teria cursado a academia e provavelmente teria participado de alguns conflitos importantes na carreira – as Revoluções no período regencial, a Guerra na Cisplatina e a Guerra do Paraguai – e seria um general aproximadamente em 1880, aos 65 anos. Essa categoria seria menos suscetível à radicalização e seriam indiferentes ao movimento republicano.

Os *midle-ranked officers* formam a war generation, teriam entrado na corporação em 1850 e a sua experiência real de combate teria sido na Guerra do Paraguai. Na década de 80 do séc. XIX, deveriam ocupar algum cargo de oficial superior – major, tenente-coronel ou coronel – com aproximadamente 50 anos. Para Dudley, essa é a classe realmente afetada pelos atrasos nas promoções e congelamento dos salários. Eles estariam mais expostos às frustações e disponíveis para radicalização.

Os *junior officers* da *postwar generation* teriam se juntado ao Exército depois que a Guerra tinha chegado ao fim e não tinha experiência em grandes combates. As suas únicas vivências militares deveriam ter sido aquelas que a Academia Militar lhes proporcionou. Não teriam tantos motivos para reivindicar aumentos salariais porque estavam começando na carreira e deveria ocupar um posto baixo da hierarquia – tenente ou capitão - com aproximadamente 30 anos.

Como se sabe, a parcela que se radicalizou do Exército é a Mocidade Militar e Dudley (1972 apud Castro, 1995, pp. 23-25) conseguiu demonstrar que somente as questões salariais não são suficientes para explicar a revolta do Exército contra o Império. Mas quando somadas com as reivindicações da Questão Militar (1886-1887) percebe-se como os ideais defendidos pela Mocidade Militar (*junior officers)* eram corporativistas e a maneira como conseguiram receber apoio até mesmo dos que não eram tão favoráveis à causa – *sênior officers*.

A Questão Militar está diretamente ligada às restrições que os militares tinham para se manifestar por meio da imprensa. Desde 1859 os oficiais precisavam receber o aval do Ministro da Guerra para que pudessem discutir assuntos políticos e militares nos veículos de imprensa. Todavia, os desejos de manifestação e participação do corpo de

oficiais vinha crescendo no período que seguiu a Guerra do Paraguai e tinha também mais oportunidades para fazê-lo tendo em vista que o número de publicações republicanas, com as quais a Mocidade Militar tinha simpatia, também estava crescendo e estavam abertas às publicações militares – como principal exemplo disso se tem A Federação de Júlio de Castilhos (Castro, 1995).

Como foi dito anteriormente, o Exército era visto por alguns como forma de ascender socialmente e participar ativamente de uma elite intelectual depois da sua formação. Como consequência muitos jovens entravam na corporação sem vocação militar e se mantinham na instituição por necessidade e falta de outras opções. Para estes, o detrimento do diploma de Ciências Militares em relação ao do bacharelato em Direito era uma questão que os afligia muito. A Mocidade Militar foi a responsável por retomar a questão entre o cidadão militar x militar cidadão para acirrar a disputa no campo ideológico que limitava a sua participação.

Considera-se o estopim da crise o mês de agosto de 1886 quando o senador liberal, José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas (1824-1893), reclamou sobre as limitações impostas ao militares alegando que as mesmas seriam ataques à honra militar. A manifestação do Visconde de Pelotas demonstrava a insatisfação que os militares sentiam em relação aos políticos, que eram mais prestigiados que aqueles que efetivamente defenderam e estavam disposta a defender o país (Castro, 1995, pp. 85-87).

Depois da manifestação do Visconde de Pelotas, outro herói da Guerra do Paraguai começa a participar da Questão Militar com maior protagonismo, o Marechal Deodoro da Fonseca. Este dizia não haver motivos para punir o tenente-coronel Sena Madureira, responsável pelo artigo que iniciou a confusão, mas por ordens do Ministro da Guerra, foi punido mesmo assim. O Marechal tomou a ofensa como pessoal e toda a questão se agravou pelo fato de que este estava no comando da província do Rio Grande do Sul, a que possuía a principal base militar do país, e tinha o apoio da maior parte dos altos oficiais/*senior officers.* Para Deodoro da Fonseca, as atitudes do governo visavam minar o Exército com a intenção de rebaixá-lo e que as ações dos políticos eram ofensivas aos militares (Castro, 1995, pp. 85-87).

Segundo Castro (1995), a Questão Militar foi importante por desenvolver ainda mais um consenso sobre a "classe militar". Ao se envolver na disputa questões como a

honra e o brio militar tão caros a estes, os soldados do Exército conseguiram atrair a atenção de toda a corporação. Os ideais liberais, conservadores e até mesmo os republicanos, eram postos de lado em virtude de defender a farda e a honra do militar (Castro, 1995, pp.88). A participação de heróis da Guerra do Paraguai com muita influência, como Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, davam credibilidade ao movimento e atraiam os oficiais que somente simpatizavam com a causa em disputa e eram indiferentes à temática republicana. Ao mesmo tempo, a Mocidade Militar se aproveitava para radicalizar o movimento.

Uma questão polêmica é a aproximação entre o alto oficialato do Exército e o Partido Republicano. Como foi visto, de maneira diferente da Mocidade Militar, não foi por convicção. Por outro lado a atuação de Júlio de Castilhos parece ter sido bastante consciente. No início da Questão Militar, Júlio de Castilhos utiliza o seu jornal para inflamar a disputa entre militares e civis. Dois anos depois, no ano da proclamação, o mesmo manifesta a necessidade de contar com o apoio dos militares para que pudesse se derrubar o Império e para isso seria necessário virar contra ele as suas próprias armas (Castro, 1995. pp.178).

Capítulo III – As Disputas Simbólicas

Depois de proclamada a República, travou-se uma disputa sobre a formação dos símbolos que a constituiriam. Esses tinham uma função fundamental em fazer o povo assimilar os ideais e valores de um novo regime que não contou com a sua colaboração e continuava a ser muito excludente, tendo em vista que o direito ao voto não foi estendido aos analfabetos, o que mantinha grande parte da população alheia ao processo político-eleitoral.

O termo disputa parece ser apropriado quando se analisa a variedade de interesses e influências que se manifestavam dentro do movimento republicano que se instaurara e desejavam ser representados. Era preciso conciliar os interesses dos militares – inclusive a facção positivista entre estes -, do Partido Republicano Paulista, os republicanos do Rio de Janeiro, que a partir de inspirações diferentes cada um destes esperava uma valorização e/ou representação diferentes na simbologia.

Cabe aqui se destacar a participação dos positivistas na representação dos seus interesses e no seu relativo sucesso na implementação destes na simbologia nacional.

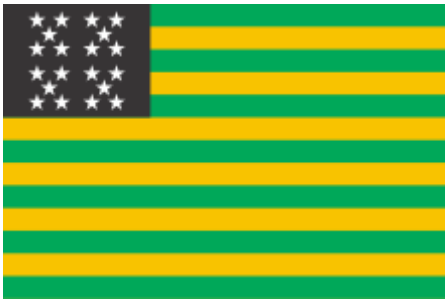
• A Bandeira e o Brasão da Republica

A Bandeira do Brasil é uma demonstração clara da manipulação feita pelos positivistas dos símbolos nacionais e a ressignificação que foi feita para que esta estivesse de acordo com o novo código de valores.

Segundo José Murilo de Carvalho (1990), aqueles que proclamaram a República ainda não tinham uma bandeira própria no dia em que o fizeram. O que tinham eram as bandeiras que os clubes republicanos tomavam para si. Inclusive, uma dessas bandeiras de clube foi hasteada por José do Patrocínio no dia 15 de novembro de 1889. Era a bandeira do Clube Lopes Trovão. Esta era uma cópia da bandeira dos Estados Unidos da América, com suas listras e estrelas, adotava, porém, as cores verdes e amarelas da bandeira Imperial e as estrelas estavam em um fundo preto, uma referência à população negra. A bandeira do Clube Lopes Trovão continuou hasteada sobre a Câmara

Municipal do Rio de Janeiro até o dia 19 de novembro de 1889, quando foi substituída pelo modelo positivista similar ao dos dias atuais.

Figura 1 - Bandeira do Clube Lopes Trovão



Fonte: Página referente às Bandeiras do Brasil na Wikipédia[4]

Sobre esta bandeira existem algumas questões que são contraditórias. A primeira delas, levantada por Carvalho é o fato de ser uma bandeira com inspiração na República dos EUA, o que era contrário à ideologia defendida pela maioria jacobina ou positivista do clube fluminense. A sugestão é que esta seria uma forma de produzir um símbolo que fosse aceito também pelos republicanos paulistas, com ideias mais próximas ao modelo estadunidense (Carvalho, 1990, pp. 111 e 112). Todavia, estes últimos tinham uma bandeira para si. Em 1888, o propagandista republicano Júlio Ribeiro (1845-1890) confeccionou um modelo para a bandeira republicana que também foi hasteado na sede do Governo de São Paulo no dia 15 de novembro de 1889.

A bandeira idealizada por Júlio Ribeiro é composta pelas cores preto, branco, azul, vermelho e amarelo e faz várias referências às bandeiras que desbravaram o interior do território brasileiro. As listras pretas e brancas representam os dias e noites em que os bandeirantes exploravam o interior do país; o vermelho seria o sangue derramado por estes – um jeito de realçar a participação paulista na construção do território nacional. As estrelas amarelas representam o Cruzeiro do Sul como é da tradição nacional. Júlio Ribeiro disse em seu jornal, O Rebate (16 de junho de 1888), que as três cores em evidência – preto, vermelho e branco – seria uma forma de representar o Mito das Três Raças na bandeira.

[4] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bandeiras_do_Brasil; acesso em: OUTUBRO/2017

O modelo de Júlio Ribeiro não foi amplamente aceito e passou a ser a bandeira somente do estado de São Paulo depois que Deodoro da Fonseca decretou que a República usaria o estandarte projetado por Teixeira Mendes.

Figura 2 - Bandeira proposta por Júlio Ribeiro

Fonte: Página referente às Bandeiras do Brasil na Wikipédia[5]

A outra questão que se levanta é sobre a participação de José do Patrocínio nos eventos da Proclamação da República. Ele, um abolicionista convicto a quem se atribui a autoria do titulo de "A Redentora" para a Princesa Isabel, estava diretamente ligado a Guarda Negra da *Redemptora*, movimento de negros alforriados que se dedicava a defender a legitimidade do Terceiro Reinado. Para Petrônio Domingues (2011), a participação de José do Patrocínio junto a Guarda Negra é grande, o que é incerto é a função exercida por ele, o fundador ou um grande colaborador. Esta organização foi tida como responsável por diversos ataques a encontros republicanos. Talvez a referência à população negra na bandeira do Clube Lopes Trovão tenha o convencido de que o movimento republicano não era contrário à abolição, que era o principal temor da Guarda Negra, e seja um dos motivos que o fizeram se afastar da mesma antes que ela deixasse de ser notícia e desaparecesse nos meses finais de 1889.

Uma bandeira similar a do Clube Lopes Trovão foi hasteada no navio Alagoas, o que levou a Família Imperial para o exílio. As mudanças são: a troca do quadrado de fundo preto por um de fundo e as estrelas, que representavam as províncias, deixam a forma linear e passaram a formar um círculo em torno do Cruzeiro do Sul. Mas essa bandeira também não foi muito utilizada.

Teixeira Mendes elaborou o seu modelo como reação ao produzido pelo clube republicano do Rio de Janeiro. Assim como Carvalho, Jurt (2012) ressalta que a

[5] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_estado_de_S%C3%A3o_Paulo ; acesso em: OUTUBRO/2017

bandeira tal qual proposta por Teixeira Mendes teve êxito no seu objetivo de demonstrar continuidade e a caminhada em direção ao próximo estágio evolutivo da filosofia positivista ao manter algumas figuras ligadas a tradição.

A bandeira Imperial foi desenhada por Jean-Baptiste Debret (1768-1848), enquanto membro da Missão Artística Francesa, a pedido de Dom Pedro I. O modelo se baseava em: um retângulo verde e um losango amarelo,

> Sobre o losango amarelo encontra-se um brasão azul com a esfera armilar sobre uma cruz (vermelha) da Ordem de Cristo, envolta por um anel azul carregado com 20 estrelas de prata, e circuncidando a cruz, dois ramos (um de café, o outro de tabaco). A esfera armilar (representando a esfera celeste local), também conhecida como "astrolábio esférico", encontrava-se desde 1645 na bandeira do Principado do Brasil. O brasão e a forma típica da coroa imperial remetiam à tradição portuguesa. As 20 estrelas, por outro lado, referiam-se às 20 províncias do Brasil, enquanto os dois ramos anteriormente citados evocavam a realidade agrícola brasileira. [Jurt, 2012, 482-483]

Segundo Jurt (2012), as cores utilizadas por Debret ainda não era relacionadas com os aspectos da flora e da mineração brasileiras. A princípio, as cores da bandeira só representavam as cores das dinastias da Família Imperial, o verde para a Casa dos Bragança de D. Pedro I e o amarelo ouro para representar os Habsburgo de onde vinha a Imperatriz consorte D. Leopoldina. Como pode se ver, a bandeira Imperial nada tinha de brasileira – desenhada por um francês, representando duas dinastias europeias.

Figura 3 - Bandeira Desenhada por Debret para D. Pedro I

Fonte: Página referente às Bandeiras do Brasil na Wikipédia[6]

[6] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bandeiras_do_Brasil; acesso em: OUTUBRO/2017

Figura 4 - Bandeira Republicana proposta por Teixeira Mendes

Fonte: Página referente às Bandeiras do Brasil na Wikipédia[7]

Teixeira Mendes manteve as cores, mesmo que atribuísse a elas um novo valor, diminuiu as proporções do losango para que não tocasse mais as beiradas do retângulo e, de maneira discreta, manteve a representação da cruz em meio ao Cruzeiro do Sul. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), a decisão do "apóstolo" positivista em manter as referências à Monarquia e ao Catolicismo foi baseada no aspecto tradicional do positivismo e na demonstração de estágios da evolução da humanidade que já haviam sido superados restando deles somente os aspectos positivos.

Jurt (2012, p.492) alega que o modelo de Teixeira Mendes para a bandeira teve sucesso na sua implementação por ter suprimido os aspectos que remetiam ao Império – a Cruz da Ordem de Cristo, a coroa, os ramos de café e tabaco - e ainda assim manter os tradicionais – as formas, as cores, as estrelas. Segundo Carvalho (1990, pp. 118), Teixeira Mendes e os demais seguidores da doutrina de Comte reconheciam que seria necessário manter alguns aspectos tradicionais/"imperiais" na bandeira para que esta fosse compatível com o estágio de desenvolvimento positivista para qual se encaminharia o país com a proclamação da República e a instauração da ditadura republicana. Além de tudo o mais, o que é mais marcante é a presença do lema positivista, "Ordem e Progresso" no centro da bandeira. Era como os positivistas ortodoxos defendiam que a nova bandeira deveria ser, mantinha-se a bandeira vigente com o acréscimo do lema (idem,p.112).

Uma referência tão clara ao Positivismo foi um alvo para aqueles que adotavam uma postura crítica em relação à nova bandeira. As tentativas de muda-la encontravam resistência, segundo José Murilo de Carvalho (1990. p.115), na atuação conjunta de

[7] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bandeiras_do_Brasil; acesso em: OUTUBRO/2017
Inicialmente a bandeira só tinha 20 estrelas. Atualmente são 27.

Teixeira Mendes e a Mocidade Militar, que alegavam que os ataques à bandeira eram ofensivos à memória de Benjamin Constant – faleceu no início de 1992. Jurt (2012, p.493) vai além ao dizer que é de se surpreender que o lema positivista tenha sido preservado na bandeira quando se pensa na relevância desse movimento entre os republicanos quando comparados com o dos militares que apoiavam Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que não eram positivistas – os *senior officers*, como se disse anteriormente neste trabalho. Muito disso é em função do papel atribuído aos proclamadores da República.

Outro ponto em que se utilizou da tradição imperial para a formação dos símbolos republicanos é na criação das armas oficiais do Brasil. Em 1889, Deodoro da Fonseca encomendou um brasão para a República a Artur Zauer, que reutiliza elementos usados por Debret nos símbolos feitos para D. Pedro I ainda em 1822 (Jurt, 2012). Nele reaparecem os ramos de café e tabaco que foram removidos da bandeira e o Cruzeiro do Sul ganha maior destaque ao ser rodeado pelas vinte estrelas das províncias (que depois vieram a ser 27).

Figura 5 - Brasão da República

Fonte: Presidência da República[8]

- Os Heróis da República

De forma semelhante a feita com a bandeira, houve um esforço para moldar as figuras dos participantes dos eventos do dia 15 de novembro e o papel desempenhado por cada um deles. As diversas partes do movimento desejavam ser representadas por seus líderes em posições privilegiadas nos mitos republicanos.

[8] Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/brasao/brasao-da-republica, acesso em: Outubro/2017
A princípio, o brasão possuía 20 estrelas. As demais foram acrescentadas a medida em que os novos estados foram formados

Talvez a figura mais indicada para se começar seja o Marechal Deodoro da Fonseca por ser considerado o proclamador da República, mas a sua imagem impunha dificuldades para a sua construção como um herói. Segundo Carvalho, por causa das dúvidas de Deodoro da Fonseca quanto ao movimento republicano, a sua debilidade física em função da idade e das doenças e por sua imagem fazer remetesse vagamente à figura do Imperador, era mais difícil atribuir ao marechal elementos que lhe concedessem heroicidade (Carvalho, 1990, p.56).

Castro é categórico ao dizer que Deodoro da Fonseca não era republicano (Castro, 1995, p. 133). Muito do que o levou em direção ao movimento republicano eram motivações corporativistas. A ilusão de que o Visconde do Ouro Preto reduziria os contingentes do Exército ou o extinguir levou o marechal a se revoltar. Deodoro tinha a sua base de apoio nos altos oficiais/ *senior officers* – aqueles que tinham ascendido na carreira durante a Guerra do Paraguai e que depois vieram a ser conhecidos como deodoristas- e eles ainda tinha rancores relacionados com as ofensas sofridas durante a Questão Militar. Para essa facção, a República seria a forma que daria ao Exército o prestígio que estes julgavam merecer depois de ter lutado no Paraguai, ou seja, buscavam defender os interesses militares (Carvalho, 1990, p.39-40).

Benjamin Constant por sua vez é tido como aquele que deu fundamento ideológico para o movimento que trouxe fim a monarquia no Brasil.

Ao contrário de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, era um oficial de baixa patente e tinha o seu apoio na Mocidade Militar, que o considerava como seu líder e mentor (Castro, 1995, p.17). Muito desse reconhecimento era fruto de uma trajetória parecida com aqueles jovens que formaram a Mocidade Militar.

Assim como muitos outros, Benjamin Constant entrou nas escolas militares por necessidade e desejo de estudar e não por vocação. Foi enviado para a Guerra do Paraguai como capitão, mas não teve oportunidades de demonstrar sua capacidade nos campos de batalha e ainda assim foi tido como covarde. Ao retornar para o Brasil por motivo de saúde reconhecia que a farda lhe era um peso e que os militares não eram devidamente valorizados (Castro, 1995, p.109-110).

Pela classificação de Dudley (1972), Benjamim Constant faria parte da war generation – aquela que realmente sofreu com o atraso nas promoções e congelamento dos salários. Castro revela que Constant passou por dificuldades financeiras nos anos que precederam a República que poderiam ser resolvidos caso este fosse promovido para posições de cátedra nas escolas militares, como era do seu desejo (Castro, 1995,

p.117). As dificuldades financeiras pelo atraso das promoções, a baixa vocação militar e a sua adesão ao Positivismo faziam com que Benjamin Constant se sentisse antes um cidadão do que um soldado, o que fazia dele a figura que a Mocidade Militar procurava para lidera-la (Castro, 1995, p.121 e 172). Benjamin Constant já se considerava um positivista antes mesmo de ser enviado para o Paraguai (Castro, 1995, p.112) e isso o fez ser reconhecido pelos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, onde o Positivismo era a ideologia dos alunos (Castro, 1995, p.67). A influência de Benjamin Constant sobre a parcela mais radical do Exército – aquela que se expressava como republicana de fato- lhe garantiu um espaço especial entre aqueles que proclamaram a República.

Além disso, é atribuída a ele também os méritos de ter convencido Deodoro da Fonseca a participar da conspiração republicana ao explorar os seus sentimentos patriotas e nacionalistas, mas as suas intenções eram totalmente racionais. Seria necessário contar com o apoio de um oficial do alto escalão e experimentado em guerras para mobilizar as tropas caso houvesse algum tipo de resistência (Castro, 1995, p.184-186).

Mais uma vez se demonstra o sucesso da manipulação dos símbolos por parte dos positivistas tendo em vista que, assim como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant estava doente as vésperas da proclamação da República – inclusive, faleceu antes daquele; não tinha o sucesso militar que Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto tinham e, ao contrario destes, era reconhecido somente pelos seus alunos.

Floriano Peixoto é uma figura um pouco confusa na narrativa sobre a Proclamação da República. Segundo Castro, monarquistas e republicanos esperavam contar com o apoio de Floriano Peixoto eventualmente (Castro, 1995, p.186). José Murilo de Carvalho prefere dizer que ambos os grupos guardavam as suas desconfianças sobre ele (Carvalho, 1990, 56). De toda maneira a sua atuação foi fundamental para que se conseguisse tomar o Quartel General no Campo de Santana. Ao se recusar a atirar contra os brasileiros rebelados, Floriano Peixoto extinguiu as chances do Visconde do Ouro Preto defender a sua posição e deu uma demonstração do seu nacionalismo (Castro, 1995, p.189).

O mesmo também se mostrou muito hábil para conter as revoltas nos anos iniciais da República embora tenha causado alguns atritos no percurso. Ao controlar a Revolta da Armada (1893-1894) Floriano expôs a presença de um grande número de monarquistas dentro da Marinha e intensificou as disputas entre esta e o Exército. As

suas medidas para conter a Revolução Federalista na região sul do país foram tidas como autoritárias e sanguinárias pela sessão mais liberal do Partido Republicano (Carvalho, 1990, 56).

A base de sustentação de Floriano Peixoto, os florianistas ou jacobinos, ganhou mais relevância depois de contidas a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Era um grupo formado por jovens que se voluntariaram justamente para combater nesses 2 conflitos. Todavia, os batalhões não foram dispensados depois que as revoltas foram controladas e os voluntários beneficiados pela manutenção do soldo passaram a formar milícias cívicas favoráveis ao governo, os amigos do Marechal Floriano, a quem tinham como "Salvador da Pátria" (Gomes,2008, 287-288).

Carvalho (1987) destaca que os jacobinos e os seus batalhões patrióticos promoviam movimentos xenofóbicos, na maioria das vezes, voltados contra os imigrantes os imigrantes portugueses, que eram considerados monarquistas (Carvalho, 1987, p.71-73). Atitude esta que poderia ou não ser incentivada pela política do governo florianista de prender e expulsar os ativistas estrangeiros – anarquistas, socialistas, sindicalistas, monarquistas- acusando-os de perturbar a ordem (Carvalho, 1987, p.61 e Patto, 1999, 175).

A versão de República defendida pelos florianistas era um modelo militarista e militarizado, ou seja, que mantivesse a centralidade do Exército na política nacional. Logo, o referencial encontrado em Floriano Peixoto lhes era agradável, mas violento demais para os outros republicanos (Carvalho, 1990, p.56-57).

O movimento jacobino continuou relevante no cenário político mesmo depois da morte de Floriano Peixoto em 1895 e tomou o seu testamento como um conjunto de dogmas que orientariam o seu comportamento nos anos seguintes (Gomes,2008, p.289). A ortodoxia jacobina considerava as medidas do presidente Prudente de Morais muito brandas com relação ao Arraial de Canudos e que aquele usava o assentamento como meio de fortalecer o movimento monárquico e perseguir os militares, principalmente os jacobinos. O movimento entrou em crise depois da tentativa frustrada de assassinar o presidente Prudente de Morais, no dia 5 de 1897. Por acaso, o atentado a vida de Prudente de Morais aconteceu em uma cerimônia para homenagear o General Silva Barbosa e os batalhões que compunham a expedição militar que venceu o ajuntamento de Antônio Conselheiro (1830-1897) (Gomes, 2008, p.294). Ou seja, as críticas contra o presidente eram mentirosas.

A verdadeira razão para as desavenças entre os florianistas e Prudente de Morais era muito anteriores às expedições militares contra o arraial. O movimento se tornou crítico ao presidente quando este, em 1894, começou a dissolver os batalhões patrióticos convocados por Floriano Peixoto e acabar com os privilégios que os seus integrantes recebiam. A partir de então, os jacobinos passaram a reservar espaços em seu jornal para os ataques críticos ao presidente (Gomes, 2008, p.288).

Por último os civis do Partido Republicano que se aliaram aos militares nas vésperas do dia 15 de novembro e ajudaram a legitimar a República. Segundo José Murilo de Carvalho a união entre os dois gerou benefícios mútuos. Por um lado beneficiou os militares e fez do seu movimento algo mais que um motim de soldados. Ao mesmo tempo poupava o Partido Republicano da vergonha de não participar da proclamação pela qual tinham se esforçado tanto (Carvalho, 1990, p.49).

Castro (1995) relata que em 1889 o Partido Republicano não era uma força expressiva no cenário político brasileiro e só era relevante em duas províncias – São Paulo e Rio Grande do Sul. Para este autor, o partido chegou às vésperas da proclamação sem um projeto nacional bem definido e o seu maior desejo era por um fortalecimento dos governos estaduais em detrimento do governo central (Castro, 1995, 177).

Carvalho (1990) por sua vez mostra que o diretório do partido no Rio de Janeiro era desorganizado e se julgava incapaz de colaborar de maneira efetiva para o advento da República, motivo este que gerava indignação por parte dos paulistas (Carvalho,1990, p.49). Além disto, Carvalho (1987) relata que o partido era carente de bases nos setores mais pobres, principalmente entre a população negra (Carvalho, 1987, p.30).

Inicialmente, a união com os militares parece ser bastante improvável quando se tem como ponto de partida as justificativas corporativistas que os moviam e a aparente rejeição que os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto demonstravam. Castro relata sobre a resistência de Deodoro da Fonseca em se encontrar com os civis para contar com a colaboração destes ao invés de fazer uma mobilização militar somente. Em seguida, expõe a história de que Floriano Peixoto só aceitara participar da revolta por ser um movimento contrário aos paisanos (Castro, 1995, p.185 e 186).

Sob outra perspectiva, Carvalho demonstra que a opção dos republicanos em se aproximar dos militares era baseada na necessidade. Segundo ele, Quintino Bocaiúva reconhecia a impossibilidade de promover a tentativa de proclamar a República sem

contar com o apoio militar (Carvalho, 1990, p.49). Como foi dito anteriormente, alguns integrantes do Partido Republicano, como Campos Sales e Aristide Lobo, se aproximaram dos militares durante a Questão Militar e estavam dispostos a proclamar a república em 1887, mas o projeto não foi pra frente por não ter a adesão do Visconde de Pelotas (Castro, 1995, pp.96). Júlio de Castilhos era outro republicano que era favorável à aliança com o Exército para derrubar o Império, desde que a liderança do movimento permanecesse com o Partido Republicano (Castro, 1995, pp.178). Quando se parte deste ponto de vista, parece que existiu uma manipulação.

Todavia, Emília Viotti da Costa (1999) discorda da versão em que os militares serviram como instrumentos nas mãos dos civis republicanos. A autora defende que alguns militares possuíam fortes convicções republicanas e acreditavam que salvariam a pátria quando a República fosse instaurada (Costa, 1999, pp.459).

A versão da Proclamação da República dos partidários de Quintino Bocaiúva procura uma maneira mais harmônica de contar os fatos. Aceita que a República foi proclamada pelos militares com colaboração dos republicanos – para garantir alguma participação civil.

Baseado nos textos de Carvalho entende-se que Quintino Bocaiúva reconhecia as vulnerabilidades do seu partido. Ele sabia que o grupo não era forte o suficiente para agir sozinho e proclamar a República e, baseado na experiência que o partido que o partido tivera desde sua fundação (1870), que o êxito pela via democrática não seria imediato. O apoio serviria também para que a marcha sobre o Campo de Santana fosse mais que uma simples quartelada.

Os apologistas do Partido Republicano tinha interesse em manter a narrativa dos eventos em torno de Deodoro da Fonseca e as suas motivações corporativistas e assim reservar um espaço para as lideranças do partido na condução dos processos. Por exemplo, atribuem a Quintino Bocaiúva os louros de ter convencido Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant – mais este que aquele – da importância de sua participação nos acontecimentos do dia 15 de novembro. Dessa maneira, a participação de Benjamin Constant é contestada – ou até mesmo minada – e impedem que a sua versão positivista da República fosse mais uma vez vitoriosa e esgotasse a possibilidade do Partido Republicano ditar os rumos do novo regime (Carvalho, 1990, pp.48-51).

Entretanto, a hiperpolitização dos militares se constituiu um problema logo nos primeiros anos do novo regime. Lessa chega a classificar os militares como um agente de desorganização na República recente (Lessa, 1999, pp.86). Carvalho (1987) relata

que a nova experiência política dos militares os levou a pensar que podiam interferir em tudo porque seriam salvadores da República, então estavam se rebelando constantemente (Carvalho, 1987, pp.22). Essa combinação leva Lessa a dizer que os militares dispensavam bastante energia para conter os seus próprios motins e controlar as turbulências que eles mesmos criavam (Lessa, 1999, pp.86).

Lessa conclui que o período militar da República – os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto - foi marcado pela incerteza e instabilidade e que a solução foi aceitar o domínio civil. Deodoro, como o primeiro presidente da República, já tentou implantar uma ditadura quando se viu em uma posição desfavorável ao liderar uma coalisão minoritária no Congresso. Floriano Peixoto, por sua vez, teve mais sucesso ao controlar as revoltas que ameaçaram o regime, mas expôs as rixas que ainda existiam entre o Exército e a Armada e o perigo que as mesmas poderiam representar (Lessa, 1999, pp.101-103). Então a solução foi eleger o primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Morais (1841-1902) em 1894.

Conclusão

Como pôde ser visto durante este trabalho, o Exército brasileiro participou ativamente do processo nacionalista brasileiro. A instituição ascendeu a uma posição no período final do Império que lhe garantiu certa influência sobre os processos e o imaginário coletivo que se formaria a partir deles. Segundo Ferreira (2005), a tropa tomou para si contornos essencialmente republicanos e interveio nos momentos de grande crise do regime.

O retorno vitorioso na peleja contra o Paraguai deu aos militares do Exército a possibilidade de atuar como protagonistas da política nacional. Em função da vitória, formou-se no imaginário da tropa que cabia a ela salva a pátria (Costa, 1999, pp. 459). Sobre isto incide a ideia de que era necessário afastar os "casacas" da política nacional e o cidadão armado, dotado da verdadeira honra e ética nacional, civilizaria o país e realizaria a verdadeira República – este era o maior atrativo da ditadura republicana (Lessa, 1999, pp.84 e 85).

Sobre esta participação do Exército nos anos iniciais da República e sobre a responsabilidade que aqueles assumiram quanto à manutenção e/ou salvamento desta cabe refletir sobre a perspectiva que Bauer tem sobre as instituições militares e os movimentos nacionalistas.

Bauer considera o Nacionalismo um fenômeno moderno e, nesse processo de modernização, cabe ao serviço militar a função de enrijecer o caráter nacional que as instituições educacionais começam a moldar nas novas gerações. Além disto, considera o afastamento dos quartéis como uma das condições que colabora para a formação de uma consciência diferente entre os soldados e o restante da população (In: BALAKRISHNAN, 2000, pp, 50-53).

Foi citada ao longo do trabalho a atuação do Exército como uma instituição importante na formação das mente – principalmente aquelas ligadas à ala mais radical da agitação republicana. Também é interessante pensar novamente sobre o isolamento dos alunos na Academia da Praia Vermelha – onde o Positivismo tinha mais adeptos – e a socialização diferente dispensada aos alunos e o entusiasmo que os tornou republicanos (Castro, 1995).

Outro ponto que garantiu características nacionalistas ao Exército é o fato de ter rompido com uma dinastia europeia. Como Anderson (1991) ressalta, o Brasil é um caso muito particular na América Latina por não adotar um modelo republicano logo que se tornou independente. Segundo Perrone-Moisés (1995), a independência proclamada por D. Pedro I (1822) e a manutenção da Dinastia Bragança no trono criou a ilusão de uma separação amigável. Todavia, foi demonstrado o caráter antilusitano que os jacobinos demonstraram durante o governo de Floriano Peixoto e a resistência militar à ascendência francesa do príncipe consorte.

Pode-se notar também, com base na bibliografia das Teorias do Nacionalismo, aspectos dentro do movimento republicano – principalmente na facção mais próxima aos militares – que são similares aos movimentos nacionalistas. Era um movimento mobilizado por um grupo com uma educação diferenciada, composto majoritariamente por membros externos à elite dominante em busca de ascensão social e em contestação a um Império que julgam ter poucos aspectos relacionados à Nação. Esses são alguns dos fatores que favoreceriam um movimento nacionalista de acordo com Ernest Gellner (In: BALAKRISHNAN, 2000), todavia ressalta-se também a ausência de outros como uma economia industrial e maior homogeneidade cultural, por exemplo.

A escassez de determinados fatores na Proclamação da República tornaria o movimento nacionalista, que se deu a partir desta, menos complexo com base na teoria de Miroslav Hroch (In: BALAKRISHNAN, 2000, pp. 89 e 90). Este autor cita como marcadores significativos de um movimento nacionalista: as manifestações artísticas e folclóricas, a demanda por direitos civis a língua como símbolo de identificação e a participação ativa das mulheres durante o processo. No caso brasileiro se destaca a ausência da participação feminina na proclamação da República. Carvalho (1990) relata a dificuldade que os manipuladores dos símbolos tiveram para aderir a figura feminina no imaginário nacional e atribuir ideais matriarcais à pátria como defendia a cartilha positivista tendo que recorrer ao tradicionalismo católico. Carvalho (1987) aborda também sobre o uso satírico da imagem da mulher para representar os costumes soltos da Capital.

A discussão sobre a Questão Militar e as questões relacionadas ao movimento abolicionista permitiram que se pudesse pensar sobre a aproximação simultânea entre os militares e o Partido Republicano. Para aqueles, era a possibilidade de um regime

baseado no mérito e não nos privilégios, que agradava a parcela mais ligada aos ideais do Positivismo pregado por Benjamin Constant nas Academias Militares. Já para estes, os atrativos eram a insatisfação da tropa, que podia ser mobilizada contra a Casa Imperial, e a extensão da instituição, principalmente em 2 critérios – a extensão nacional e a popularidade.

Como exposto, as Academias Militares recebiam pessoas de todos os estados – por motivos óbvios – e eram relevantes neles, ao contrário do Partido Republicano que tinha a sua atuação reduzida nos estados e não conseguia difundir os ideais republicanos por todo o país, ficando mais restrito a São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro – principalmente os 2 primeiros (Costa, 1999, pp.457) ainda, o partido tinha dificuldade em se popularizar em especial entre a população negra, que continuou simpática à Família Imperial mesmo depois da Proclamação da República (Carvalho, 1987, pp. 29-31).

O papel do Exército é realçado depois na simbologia republicana. Na construção da imagem dos proclamadores, as atribuições dadas aos militares nas diferentes versões da história dos fatos do dia 15 de novembro de 1889 são sempre destacadas. Cabe ressaltar que muito disso se deve aos positivistas que reconheciam a importância da simbologia nacional e deram destaque à parte que mais lhes dizia respeito.

Outro aspecto importante é a atuação de pessoas, como Raul Pompéia, que evidenciaram as características populares do Exercito – como as possibilidades de ascensão social e as relações com os abolicionistas, por exemplo. Eles trabalharam para montar uma imagem tão popular e nacional do Exército para que a Proclamação da República por meio de um golpe militar fosse honra para a corporação que privou o povo da desonra por sua apatia (Carvalho, 1987, pp. 50 e 51). Mais uma vez o Exército se cobriu com a sua suposta missão salvadora. Muito se dá também pela percepção por parte do Partido Republicano da inviabilidade de fazer do movimento republicano uma ação com maioria civil (Carvalho, 1990, pp.49).

É importante dizer também que o movimento nacionalista brasileiro não teve seu início e nem o seu fim na ação do Exército no período aqui exposto. Em outros momentos da História Brasileira – antes e depois dos eventos aqui relatados– a temática nacionalista foi explorada usando outros atributos e para suprir outras demandas.

Por exemplo, a questão dos símbolos regionais não era central para os republicanos - até mesmo porque defendiam temáticas federalistas (Costa, 1999, pp. 469-472) - mas, no futuro, Getúlio Vargas (1882-1954) questionaria a legitimidade das bandeiras estaduais de uma maneira que não seria feita pelos irmãos Alberto e Campos Salles, lideranças republicanas paulistas que defenderam ideias separatistas (Costa, 1999, pp. 477-478).

Conclui-se que o Exército teve muita importância para o movimento nacionalista brasileiro. Todavia, não se pode ter o movimento concluído somente em sua atuação tendo em vista que outros atores também tiveram sua relevância e na incapacidade do Exército suprir todas as demandas nacionalistas no momento em que foi protagonista do Nacionalismo Brasileiro, como ficou exemplificado nas questões do provincianismo e/ou separatismo dos estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Cláudia Maria Costa. “Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império”. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

- ANDERSON, Benedict. "Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo”. Edições 70, Lisboa, 1991.

- ANJOS, Klênia Maria Reis dos. “A Dimensão Social de um Conflito: Negros Livres e Libertos na Guerra do Paraguai (1864-1870)”. Brasília, Universidade de Brasília - UnB, 2005.

- BALAKRISHNAN, Gopal. “Um Mapa da Questão Nacional”. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

- BORGES, André. “Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa”. Revista BIB, n. 63, 2007, p. 47-62

- CARDOSO, Vicente Licínio. “À Margem da História da República”. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

- CARVALHO, José Murilo de. “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

- CARVALHO, José Murilo de. “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

- CASTRO, Celso. “Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995

- COSTA, Emilia Viotti da. “ Da monarquia à república: momentos decisivos”. São Paulo, Fundação da Editora da UNESP, 7ª ed., 1999.

- CUNHA, Marco Antonio Cunha. “A Chama da Nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai.” Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 2000.

- DOMINGUES, Petrônio. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281 – 2014.

- HOBSBWAN, Eric & Terence Ranger (orgs.). “A invenção das tradições”. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- JURT, Joseph. “O Brasil: um Estado-Nação a Ser Construído. O Papel dos Símbolos Nacionais do Império à República”. MANA 18(3): 471-509, 2012

- LESSA, Renato. “A invenção republicana: Campos Sales – as bases e a decadência da Primeira República Brasileira”. Rio de Janeiro, Topbooks ed., 1999.

- NABUCO, Joaquim, op. cit., v. 1, p. 657 – Um estadista do império. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2v.)

- PAIM, Antônio. “O Apostolado Positivista e A República”. Coleção Pensamento Político Republicano, volume 2. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

- PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. Estudos Avançados 13(35), Universidade de São Paulo, 1999.

- SILVA, Hélio. “1889- A República não esperou o amanhecer”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

- TORAL, André Amaral de. “A Participação de Negros Escravos na Guerra do Paraguai” Estudos Avançados 9(24), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995

- YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre, Bookman. (Cap. 1), 2005.